

representante da AESA. O Secretário Adjunto iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando aos conselheiros que o Sr. José Esteves de Lacerda Filho, Presidente do CEHIDRO, foi convocado pelo Governador para participar de uma série de eventos em comemoração ao aniversário de Mato Grosso, o que o impediu de estar presente à esta reunião e o enviou para representá-lo, e passou a palavra ao Secretário Executivo para que presidisse a reunião. O Secretario Executivo colocou em apreciação a Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então aos informes, colocando aos conselheiros que a EPE solicitou a substituição do seu conselheiro titular, Sr. Fabio Paulino Garcia, pelo Sr. Petrus Rodrigues da Rosa. Colocou aos conselheiros que a Secretaria Executiva recebeu um ofício solicitando a confirmação da conselheira Telma Luzia Monteiro como representante do CEHIDRO na Comissão Estadual do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2, questionando se algum conselheiro gostaria de participar desta comissão, destacando que existe ainda a vaga de suplente, ninguém se manifestando sugeriu que fosse confirmada a conselheira Telma Monteiro, ponderando que a mesma não esta presente porem já manifestou o interesse por email, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Secretario Executivo deu continuidade colocando aos conselheiros que o evento ocorrido em Brasília teve como foco principal a Bacia do Alto Paraguai, organizado pelo FONASC, onde se discutiu a liberação ou proibição de empreendimentos na BA, tendo como foco principal o setor energético, ponderando que infelizmente o setor energético não estava presente para participar da discussão e se posicionar em relação ao tema, sendo complementado pela conselheira Alessandra Panizi que já obteve a vitoria, pois o Ministério Público se posicionou favoravelmente ao Estado de Mato Grosso, permitindo a continuidade do licenciamento ambiental do setor energético na BAP, devendo a decisão ser publicada entre hoje e segunda feira. O Secretario Executivo colocou que o evento em Cáceres foi proveitoso, conseguindo dar inicio a criação do Pacto no qual devem estar presentes todos os setores, sendo uma das exigências da SURH que a WWF, como organizadora do evento, convidasse o setor energético pois é claro o impato que o Pacto terá sobre este setor. Destacou que o pedido foi aceito e o representante da RBO participou em tempo integral do evento. Colocou ainda que a segunda etapa para a

69 criação do pacto já foi agendada para a segunda quinzena de junho no município de
70 Tangará da Serra. A conselheira Alessandra Panizi colocou que o setor energético tem
71 que ir preparado para que possam ser feitas as discussões de forma produtiva, ao que o
72 Secretario Executivo complementou que a intenção é que se consiga um consenso que
73 viabilize o Pacto. A conselheira Alessandra Panizi solicitou então que um técnico
74 participasse da reunião, em especial um técnico do licenciamento que tenha
75 conhecimento da área, que possa discutir as questões relativas ao licenciamento e assim
76 viabilizar a parte técnica do Pacto. Em seguida o Secretario Executivo colocou que a
77 Comissão de Minas e Energia da Câmara federal aprovou o Projeto de Lei nº 4594/2012
78 do Deputado Eliene Lima que determina que aproveitamentos de potenciais hidráulicos
79 inferiores a 3.000 kW ou implantação de termoeletricas de potencial inferior a 5.000 kW
80 estarão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo ser somente
81 comunicadas ao Poder Público, destacando que este Projeto de Lei irá facilitar o
82 licenciamento ambiental, porem a outorga se manterá inalterada. O Secretario Executivo
83 colocou aos conselheiros que foi convidado a participar do II Seminário Nacional de
84 Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Integração, onde
85 participará de um painel sobre Agricultura Irrigada e Meio Ambiente como representante
86 da SEMA. O Secretario Adjunto continuou colocando aos conselheiros que a Moção nº 13
87 foi encaminhada ao Plenário do CONSEMA, devendo entrar na pauta da próxima reunião
88 que ocorrerá no dia 23 de maio, ponderando que não foi encaminhada anteriormente por
89 ter sido analisada por técnicos da sema da área de licenciamento e o entendimento é que
90 não seria necessária a discussão, porem em reunião com o Secretario Executivo, foi
91 esclarecida a motivação da mesma e a decisão é que é necessário ao menos uma
92 revisão da mesma. A Secretaria do CEHIDRO colocou que a moção tem que ser
93 encaminhada à Plenária do CONSEMA para o mesmo se manifestar sobre atendê-la ou
94 não, destacando que incluir na pauta que tem sido a dificuldade, ao que o Secretario
95 Adjunto complementou que a mesma já foi incluída na próxima pauta do CONSEMA, cuja
96 reunião ocorrerá em 23 de maio. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse
97 marcada uma reunião entre a Câmara Técnica de Integração, a Comissão Permanente de
98 Integração do CONSEMA e interessados da SEMA para se levar um consenso para a
99 reunião do CONSEMA, ao que o conselheiro Ernandes Sobreira colocou que a posição do
100 CEHIDRO não deve mudar, devendo a mesma ser defendida e uma pessoa orientada
101 para apresentá-la ao CONSEMA. O conselheiro Bathilde Abdala ponderou que
102 primeiramente o Secretário tem que aprovar a suspensão da resolução, pois se o

103 Presidente dos Conselhos aprovar fica mais fácil a negociação. A conselheira Alessandra
104 Panizi colocou que a definição deve se dar na reunião entre a Câmara Técnica e a
105 Comissão permanente, ao que a Secretaria do CEHIDRO ponderou que uma decisão da
106 Câmara Técnica tem que ser referendada pela Plenária, o que não seria possível de ser
107 feito até a data da reunião do CONSEMA. O Secretario Adjunto ponderou que a direção
108 da SEMA tem o compromisso de fazer a integração entre os conselhos, e fortalecer o
109 CEHIDRO fazendo que os dois conselhos se articulem. A conselheira Alessandra Panizi
110 colocou que a FIEMT hoje se posiciona de forma diferente em relação à suspensão da
111 Resolução nº 55, colocando que o posicionamento atual é que a mesma deve ser melhor
112 discutida, sugerindo que sejam dados poderes para que a Câmara Técnica decida o
113 posicionamento do CEHIDRO após a discussão em conjunto com a Comissão
114 Permanente do CONSEMA. O Secretario Executivo colocou que o Regimento Interno do
115 CEHIDRO não prevê a possibilidade de uma Câmara Técnica definir um posicionamento
116 sem a aprovação da Plenária, ponderando que nesta situação o posicionamento da
117 Câmara Técnica não teria validade. O Secretario Executivo colocou em votação a
118 realização de uma reunião entre a Câmara Técnica de Integração e a Comissão
119 Permanente de Integração do CONSEMA para discutir o posicionamento do CEHIDRO, o
120 que não foi aprovado pelos conselheiros, ficando definido que o tema será discutido
121 somente na plenária do CONSEMA que ocorrerá no dia 23 de maio. Dando continuidade
122 à pauta, o Secretário Executivo convidou a sra. Vânia Montalvão, Superintendente de
123 Educação Ambiental da SEMA, para apresentar a Minuta de Instrução Normativa que
124 estabelece bases técnicas para a Elaboração de Programas e Projetos de Educação
125 Ambiental e Comunicação Social apresentadas como medidas mitigadoras ou
126 comprobatórias em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais, destacando
127 que este é um tema que compete ao CONSEMA, mas será apresentado aqui já visando a
128 integração dos conselhos e também a disseminação da informação. A Sra Vania
129 Montalvão iniciou sua apresentação colocando a importância da Educação Ambiental em
130 grandes empreendimentos, e apresentou a Minuta de Instrução Normativa procedendo a
131 leitura dos seus artigos. Finda a leitura, agradeceu pelo espaço e colocou que esta minuta
132 tem um programa de educação ambiental bem completo e orienta bem os
133 empreendedores quanto à sua implementação, atendendo assim a uma demanda
134 existente de orientação dos mesmos. O Secretario Executivo agradeceu à SUEA por
135 solicitar a inclusão deste tema na pauta do CEHIDRO e passou ao próximo tópico da
136 pauta, apresentando aos conselheiros o Programa de Consolidação do Pacto Nacional

pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, regulamentado pela Resolução ANA nº 379 de 21 de março de 2013. Colocou aos conselheiros que o principal objetivo do PROGESTÃO é fortalecer os órgãos gestores da água, através do envio de recurso financeiro da ANA aos mesmos durante o período inicial de cinco anos, condicionados ao cumprimento de metas acordadas entre o órgão gestor estadual e a ANA, as quais devem ser aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, destacando que no caso do estado de Mato Grosso serão aprovadas pelo CEHIDRO. Destacou ainda que a anuência do CEHIDRO através da aprovação do quadro de metas será fundamental para garantir que o recurso seja aplicado na gestão dos recursos hídricos e que permitira ao governo acessar o mesmo, o que fortalece o CEHIDRO como instituição. O Secretario Adjunto colocou que é interessante incluir na pauta da próxima reunião do CEHIDRO deste tema de forma a adiantar a discussão do referido quadro. O conselheiro Bathilde Abdala questionou como será a adesão ao PROGESTÃO, ao que o Secretario Executivo colocou que deve ser publicado um Decreto Governamental aderindo ao Programa, ponderando que a minuta do mesmo já esta pronta e procedeu a leitura da Minuta. Colocou que após a edição deste decreto, os Secretários responsáveis pelas pastas que coordenarão o PROGESTAO em nível estadual assinarão o contrato, e posteriormente serão feitas reuniões entre a ANA e o Órgão Estadual de Recursos Hídricos para a definição do quadro de metas, que será então submetido ao CEHIDRO, destacando que os conselheiros serão informados de todos os passos. Em seguida, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que o próximo ponto da pauta é a apreciação das minutas de resoluções nº 52, 53, 54, 55 e 56, que tratam de comitês de bacia, passando a palavra para a Secretaria do CEHIDRO apresentar as mesmas. A Secretaria do CEHIDRO colocou que as minutas tratam dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires, do Rio São Lourenço e do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, sendo que os dois primeiros tiveram sua proposta de criação aprovada em 08 de novembro de 2012 e o do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, teve sua proposta de criação aprovada em 13 de setembro de 2012. Ponderou que de acordo com o § 1º do Artigo 5º da Resolução nº 04/2006, a Comissão Pró-Comitê tem mandato de seis meses, tendo incluída entre suas competências, de acordo com o Art. 7º, elaborar o Regimento Interno do Comitê e conduzir seu primeiro processo eleitoral. No caso do Comitê dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires e do Comitê do Rio São Lourenço, os mesmos submeteram o Regimento interno à CTGPar, os quais foram analisados durante a ultima reunião da mesma e aprovados, tendo sido elaboradas

as Minutas de Resolução nº 53 e 55, que instituem respectivamente estes comitês. Destacou que devido ao vencimento do mandato das respectivas Comissões Pró-Comitê ocorrer em 08 de maio de 2013, é necessário que tenham seu mandato prorrogado para que possam conduzir o processo eleitoral de forma válida, o que resultou nas minutas de Resolução nº 52 e 54, respectivamente. Complementou que no caso do Comitê do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, o mandato da Comissão Pró-Comitê acabou no dia 13 de março de 2013, e os mesmos não submeteram o Regimento Interno do mesmo a CTGPar, tendo a mesma decidido prorrogar o mandato da Comissão, porém por um período de quatro meses, como consta na Minuta de Resolução nº 56. Após a apresentação da Secretaria do CEHIDRO, o Secretário Executivo colocou em votação as Minutas de Resolução nº 52 que Prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires, a Minuta de Resolução nº 53 que Institui o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires, a Minuta de Resolução nº 54 que Prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço, a Minuta de Resolução nº 55 que Institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço e a Minuta de Resolução nº 56 que Prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros. Passando ao próximo item da pauta, colocou aos conselheiros que durante a apreciação das alterações propostas pela Subprocuradoria de Meio Ambiente na Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, ficaram duas dúvidas que seriam levadas à Subprocuradoria para esclarecimento, sendo uma delas onde deveria ser inserido o capítulo referente às sanções pelo não pagamento da cobrança pelo uso da água e quanto ao § 1º do Art. 36, que colocava “§ 1º as multas simples ou diárias ficam estabelecidas dentro das seguintes faixas: I - 10 (dez) a 40 (quarenta) UPF/MT, quando praticadas em corpos em corpos d’água de domínio da União e do Estado, que integrem bacias hidrográficas; II - 41 (quarenta e uma) a 100 (cem) UPF/MT, quando praticadas em corpos em corpos d’água de domínio da União e do Estado, que integrem bacias hidrográficas nas quais já tenha sido implantada a cobrança pelo uso de recursos hídricos; III - 101 (cento e uma) a 1000 (mil) UPF/MT, quando as condutas resultarem prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros.” Colocou que em reunião com o Subprocurador, o mesmo sugeriu que o Capítulo tratando das sanções fosse inserido no Título III, juntamente com infrações e penalidade, devendo o

nome do mesmo ser alterado para “Sanções, Infrações e Penalidades”, o que foi aprovado pelos conselheiros. Colocou que em relação ao §1º do Art. 36, o Subprocurador concordou com a colocação do Conselho que poderia gerar dúvida a existência deste parágrafo, por citar novamente valorização para as penalidades o que já tinha sido colocado nos artigos 33 a 35, sugerindo que este parágrafo fosse suprimido do texto final, o que foi aprovado pelos conselheiros. Em seguida o Secretario Executivo passou ao ultimo item da pauta, a Apreciação da Minuta de Resolução Conjunta CEHIDRO CONSEMA que estabelece os procedimentos gerais, diretrizes e critérios para o requerimento e obtenção do cadastro e das licenças para a implantação e regularização de barragens, levando em consideração as estruturas hidráulicas, os reservatórios e as áreas das bacias contribuintes dos barramentos, colocando que este é um fruto do trabalho da CTIntegração, que será levado ainda a Comissão Permanente do CONSEMA e caso seja aprovada sem alterações, submetido aos dois Conselhos para aprovação e posterior publicação como Resolução Conjunta. Ponderou que foi feita uma matriz de risco, passando a palavra ao conselheiro Ingo Degenhard para que a apresentasse. O conselheiro Ingo Degenhard colocou que a os critérios da mesma foram elabora pelo conselheiro Joilson Silva, utilizando metodologias consagradas internacionalmente e que contam na matriz, e que a partir dos mesmos foi elaborada a matriz de risco, que é um anexo da Resolução e que avalia o risco que a barragem apresenta de se romper, orientando assim a avaliação do técnico que irá licenciar e ainda os pontos chaves que devem ser observados, apresentando ao final uma classificação do barramento. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que como existe uma Lei de Segurança de Barragens e uma Resolução do CNRH que regulamenta a mesma, que tratam de barramentos de grande porte de acordo com critérios definidos na mesma, optou-se por focar nesta resolução aqueles barramentos com características inferiores as citadas na Lei de Segurança de Barragens, e assim não incluídas na mesma, de forma a atender uma demanda do estado. A Secretaria do CEHIDRO procedeu a leitura da minuta de Resolução. O Conselheiros Juracy Ala ponderou que deve ser colocado algo sobre a limpeza do barramento e a retirada das arvores do mesmo, ao que o Secretario Executivo se comprometeu a verificar, ponderando que acredita já existir uma regulamentação quanto a isso na legislação referente ao licenciamento ambiental. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 10min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

239

240

241

242 _____
 JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO

 LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

243 Presidente do CEHIDRO

 Secretário Executivo do CEHIDRO

244

245

246 * *Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 28/08/2013*

247 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*

248

249